

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR-MG**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**  
**CLAUDINEIA CRISTINA FELIPPE**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA POLÍTICA CONTRA A AÇÃO DO**  
**ANALFABETISMO**

**FORMIGA – MG**  
**2017**

CLAUDINEIA CRISTINA FELIPPE

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA POLÍTICA CONTRA A AÇÃO DO  
ANALFABETISMO

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia do  
UNIFOR-MG, como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciada  
em Pedagogia.

Orientadora: Ma. Maria Francisca de  
Souza Lopes

FORMIGA - MG

2017

F315 Felipe, Claudineia Cristina.  
Educação de Jovens e Adultos: uma política contra a ação do  
analfabetismo / Claudineia Cristina Felipe. – 2017.  
42 f.

Orientadora: Maria Francisca de Souza Lopes.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia)-Centro Universitário de  
Formiga-UNIFOR, Formiga, 2017.

1. Analfabetismo. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Inserção  
Social. I. Título.

CDD 374

CLAUDINEIA CRISTINA FELIPPE

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA POLÍTICA CONTRA A AÇÃO DO  
ANALFABETISMO

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia do  
UNIFOR-MG, como requisito parcial  
para obtenção do título de Licenciada  
em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Ma. Maria Francisca de Souza Lopes  
Orientadora

---

Profª Ma. Neiva Maria Rodrigues Silva  
UNIFOR-MG

---

Prof. Dr. João Marcos Cardoso de Sousa  
UNIFOR-MG

Formiga, 08 de novembro de 2017.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, em primeiro lugar, que me deu forças e capacitação para que eu conseguisse realizar mais um sonho em minha vida.

Aos meus pais, pelo incentivo, exemplo de vida, por nunca me deixarem desistir pelo apoio e compreensão, quando não pude estar presente. Sonharam este sonho junto – e sempre. Graças a vocês, estou cada dia mais perto da tão sonhada formatura!

À minha orientadora, pela persistência e auxílio durante todo o trabalho e por fazer-me acreditar que seria capaz, mostrando erros e acertos. Das muitas correções realizadas, foi possível chegar ao tão almejado Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores, que me ajudaram durante esta jornada, pela constante colaboração e empenho, não poupando esforços para me apoiar no caminho em busca do conhecimento. Os mestres foram e são grandes exemplos de profissionalismo.

Aos colegas de curso, por me fazerem rir, mesmo em momentos difíceis, e me sentir alegre. Obrigada pela amizade, a qual fez com que as dificuldades parecessem menores. Mesmo com todos os obstáculos, uma das coisas mais valiosas adquiridas durante esta jornada foram as amizades, as quais vão além dos muros da faculdade.

## RESUMO

Este trabalho tem como tema a Educação de Jovens e Adultos, num processo viabilizador de inserção social. Tem como objetivo geral analisar as práticas educativas e pedagógicas dessa modalidade de ensino, buscando compreender suas especificidades. Objetiva, também, relatar a condição do analfabetismo no Brasil, caracterizar o período histórico da Educação de Jovens e Adultos no país e destacar a influência de Paulo Freire no campo educacional. Como metodologia, optou-se pela pesquisa qualitativa, por meio de revisão bibliográfica realizada em livros, artigos e sites. A pesquisa justifica-se pelo fato da pesquisadora acreditar nas propostas da Educação de Jovens e Adultos, fazendo com que os mesmos voltem à escola e tenham a oportunidade de aprender a ler e a escrever. Acredita-se na sua relevância para a melhoria da autoestima, no desenvolvimento da autonomia e no resgate da cidadania de pessoas excluídas pela sociedade, devido ao analfabetismo. A Educação de Jovens e Adultos, considerada como modalidade de ensino integrante do Ensino Fundamental, alcançou um salto qualitativo com as contribuições do educador Paulo Freire e seu método, pois, esta, representou uma nova proposta didático-pedagógica, libertadora e humanizada, numa concepção diferenciada dessa modalidade de ensino. Isso significa um desafio lançado à escola de aproveitar e reconhecer os saberes construídos em espaços não escolares, deixando de lado o senso comum de que a Educação de Jovens e Adultos seja, simplesmente, uma reposição condensada do ensino regular.

Palavras-chave: Analfabetismo. Educação de Jovens e Adultos. Inserção social.

## **ABSTRACT**

This work has as its theme the Education of young people and Adults, in a process of social integration enabler. Aims to analyze the General educational and pedagogical practices of this mode of education, seeking to understand their specific characteristics. Objective, too, report the condition of illiteracy in Brazil, characterize the historical period of adult and youth education in the country and highlight the influence of Paulo Freire in the educational field. As a methodology, we opted for qualitative research, through the literature review carried out in books, articles and websites. The research is justified by the fact that the researcher believe the proposals of adult and youth education, causing them to go back to school and have the opportunity to learn to read and write. It is believed in your relevance to the improvement of self-esteem, autonomy and development in the rescue of the citizenship of people excluded by society, due to illiteracy. The adult and youth education, considered as an integral teaching mode of middle school, has achieved a qualitative leap with the contributions of educator Paulo Freire and your method, because, this represented a new didactic-pedagogical proposal, liberating and Humanized in a differentiated design of this mode of teaching. This means a challenge to school to take advantage of and recognize the knowledge built in school spaces, leaving aside common sense that education of young people and adults is, simply, a condensed teaching regular replacement.

Keywords: illiteracy. Adult and youth education. Social inclusion.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	17
Gráfico 2 .....	17
Gráfico 3.....	18



## LISTA DE SIGLAS

CMI – Conselho Mundial das Igrejas

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB – Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCIRA – Instituto Chileno para a Reforma Agrária

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEB – Movimento de Educação de Base

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

PEI – Programa de Educação Integrada

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 O ANALFABETISMO NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
<b>3 PONTUANDO, HISTORICAMENTE, A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>22</b>
<b>4 PAULO FREIRE: UMA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>32</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos proporciona aos analfabetos a aprendizagem que não foi possível de ser alcançada em idade adequada. Além da alfabetização, há outro processo que também se constitui parte desse universo: a interação do indivíduo com outros em suas relações sociais e destes com a sociedade. Nesse sentido, esta pesquisa objetiva analisar as práticas educativas e pedagógicas na EJA, buscando compreender suas especificidades.

Para isso, parte-se do seguinte questionamento: como as práticas educativas e pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos contribuem para melhorar a autoestima e criar oportunidades a muitas pessoas que não puderam se alfabetizar em idade adequada?

A pesquisa justifica-se por se tratar de um tema atual e que atinge milhares de pessoas analfabetas, as quais se sentem excluídas da sociedade.

Portanto, para realização do trabalho, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, baseando-se em livros, artigos e sites.

Acredita-se que o retorno de jovens e adultos à escola, criando a oportunidade de os mesmos aprenderem a ler e a escrever, seja relevante para o desenvolvimento da autonomia, capacitando-os para o mercado de trabalho.

A escolha do tema se motivou pelo convívio da autora com pessoas analfabetas na família, constatando o quanto estas passam por situações discriminatórias, preconceituosas, desrespeitosas e de falta de autonomia.

O presente capítulo apresenta a introdução do trabalho. O capítulo II retrata a questão do analfabetismo no Brasil; o seguinte tem como objetivo caracterizar o período histórico da implantação da EJA no país. O último discorre sobre as contribuições de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Na sequência, são apresentadas as considerações finais. Porém, acredita-se que o assunto não se esgota, pois muito será necessário pesquisar sobre essa modalidade de ensino. Por fim, seguem-se as principais referências que nortearam a realização deste trabalho.

## 2 O ANALFABETISMO NO BRASIL

O problema do analfabetismo no Brasil tem se constituído uma realidade alarmante, desde o início da colonização, época em que os jesuítas vieram para catequizar os índios. Nesse período, somente a elite, composta de homens, brancos e ricos, tinha acesso ao ensino.

Ao longo dos anos, o Brasil não conseguiu se livrar dessa herança histórica de analfabetismo e exclusão social.

Segundo Freire (1979):

Se o analfabetismo vem crescendo assustadoramente entre nós mesmo com o avanço industrial e conseqüente urbanização – quando a atividade produtiva estaria a exigir não só a alfabetização, mas também maior escolarização-, tal fenômeno tem explicação determinada pelos fatores históricos estudados no período de Colônia, Império e Primeira República. (FREIRE, 1979, p. 17).

Observando-se a História do país, é perceptível que as primeiras escolas, fundadas pelos padres jesuítas, desempenharam um papel discriminatório. As conotações religiosas do ensino e o senso comum eram as ideologias justificadoras da exclusão ao mundo das letras imposto aos índios, negros e às mulheres. A preocupação com uma educação que incluísse os jovens e adultos só teve início na década de 1930, momento em que se iniciou a consolidação do sistema público de educação. Esse período coincide com o início da expansão industrial (LEITE, 2013).

A expansão industrial, consequência das Revoluções Industriais ocorridas nos séculos XVIII e XIX, no continente europeu, se caracterizaram, principalmente, pela substituição do trabalho feito artesanalmente, manufaturado, pelo trabalho assalariado, realizado com auxílio de máquinas (SINGER, 1983).

As mudanças conseqüentes da mecanização do processo de produção de bens influenciaram na economia, na organização da sociedade e também no processo educacional. O capitalismo passou a dominar a maioria dos países, as indústrias buscavam maiores lucros, a especialização do trabalho e a ampliação da produção. Singer (1983) considera que:

A ofensiva capitalista tem como motor o desenvolvimento das forças produtivas [...] mediante o progresso das ciências físicas e a sistemática aplicação dos seus resultados na atividade produtiva. A pesquisa científica é realizada em escala crescente, em universidades e instituições públicas e

privadas, contando com amplo financiamento, proveniente, em parte, do orçamento governamental e, em parte, de doações privadas, estas últimas em geral estimuladas por generosas isenções fiscais. [...] o ensino científico foi transformado em função das necessidades do novo modo de produção[...] O extraordinário desenvolvimento das forças produtivas alcançado pelo capitalismo industrial resulta tanto do fomento da atividade científica como da estreita interligação dos laboratórios com as fábricas, estas recebendo, com rapidez, os resultados das pesquisas e os aplicando à produção[...]. (SINGER,1983, p.20-21).

Como visto, para atender à demanda, a escola passou a desempenhar um papel primordial na construção de mão de obra, imprescindível ao sistema de produção industrial, com a formação de técnicos qualificados.

No início do século XX, ainda que o governo brasileiro demonstrasse preocupação com o problema do analfabetismo, pelo fato de suas causas se arraigarem de tal forma no histórico do país, tornou-se difícil sua ruptura. A análise da história da educação permite inferir que as causas do analfabetismo não residem na inferioridade inerente ao homem e à mulher, por causa de sua etnia, religião ou localização geográfica, mas por sua condição, em uma escala de valores sociais predeterminados, que, por sua vez, são influenciados por fatores socioeconômicos ou pelo lugar que ocupam na escala social (RIBEIRO, 1997).

Essa herança histórica culminou em enormes diferenças de condições materiais e imateriais de vida de uma grande parte da população brasileira. Essas condições de vida inferiorizadas, mantidas no decorrer dos anos, estabeleceram um clima ideológico favorável para o ostensivo problema do analfabetismo no Brasil.

Problema este que abrange aspectos que merecem uma análise mais profunda. Devido à história social de exclusão, romper com tais posturas e preconceitos relacionados à alfabetização de jovens e adultos é uma ação que enfrenta muita resistência.

A condição de analfabeto provoca sentimento de frustração e incompletude, já que restringe a privacidade da comunicação e a independência para locomoções territoriais, diminuindo o campo profissional aos serviços braçais mais pesados e impedindo que os indivíduos partilhem certas práticas, como a leitura de jornais, livros ou letreiros em anúncios, estabelecimentos comerciais e filmes.

De acordo com Galvão e Di Pierro (2013):

A escolarização é também uma das estratégias utilizadas pelos jovens e adultos analfabetos para enfrentar a exclusão, pois na escola podem aprender não só a dominar a leitura, a escrita, o registro convencional do

cálculo matemático, mas também reorientar sua subjetividade e conduta para fazer frente aos padrões culturais dominantes. (GALVÃO; DI PIERRO, 2013, p. 26).

Essas considerações anteriormente colocadas permitem refletir que a condição de analfabeto leva ao constrangimento de jovens e adultos, que possuem muitas experiências de discriminação, o que ocasiona baixa autoestima. São muitas comparações utilizadas e repetidas, nos meios de comunicação ou mesmo pelas pessoas letradas, que desmerecem a capacidade intelectual e de discernimento dos analfabetos, o que resulta em uma falsa ideia de que o analfabeto seja ignorante (GALVÃO; DI PIERRO, 2013).

Outro estigma conferido aos analfabetos é a impressão digital, que se torna marca evidente de inferioridade, sendo que as circunstâncias de reconhecimento social passam a ser sentidas como humilhação. Talvez, por esse motivo, a assinatura – ou desenho do nome – seja a primeira aprendizagem que todo e qualquer adulto aspira em seu processo de alfabetização.

Por tudo isso, é essencial que a questão do analfabetismo seja vista por um viés social, histórico e político, buscando firmar um compromisso com a continuidade das soluções já criadas, gerando uma afinação entre as propostas e as necessidades para a Educação de Jovens e Adultos. Estes, que totalizam milhões de brasileiros excluídos de processos de participação social, estão privados do direito previsto no artigo 205 da Constituição do Brasil (1988):

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Nos últimos séculos, a escola se expandiu e as classes populares puderam ter acesso a ela. A razão disso não foi humanitária, conforme já citado anteriormente. A partir da Revolução Industrial, surgiu a necessidade de mão de obra especializada para aumentar a produção, gerar mais lucro e expandir os negócios.

A escola, enquanto entidade social, historicamente, foi condicionada e fiscalizada por aqueles que detinham o poder, e não pelo povo. Embora seja uma realidade constatada, que o povo atinja a ascensão por meio da educação, a escola não alcança esse objetivo para a totalidade dos indivíduos (LEITE, 2013).

Então, aqueles indivíduos excluídos do acesso do mundo letrado, por meio de instrumentos utilizados por estas instituições de ensino, acabam se marginalizando, saem da escola e buscam trabalho para manter-se, não alcançando a alfabetização esperada. Esse sucesso ou fracasso sempre foram atribuídos ao próprio indivíduo. Selecionando sua clientela, essa instituição já foi escola dos filósofos, dos religiosos, da burguesia e, mais recentemente, tornou-se, também, a escola dos pobres (CAGLIARI, 1997).

Os jovens e adultos marginalizados pelo processo de alfabetização e educação escolar também são marginalizados em suas vidas. O fracasso escolar é atribuído, em geral, à pobreza, ausência de refeições apropriadas, dificuldades de aprendizagem, incapacidade do professor, falta de vontade do aluno, dentre outras causas.

Apenas recentemente, percebeu-se que a causa desse fracasso pode, do mesmo modo, estar intrínseca à própria instituição, na aplicação de verbas, nos programas escolares: “Caberia perguntar-se, então, se as causas dos fracassos não ultrapassam os limites da escola para se converterem num problema do sistema educacional como tal”. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1991, p.16).

A alfabetização é o momento crucial na vida do educando. Esse processo inclui muitos fatores, tais como desenvolvimento emocional, interação social, maturação, funções mentais, vontade, pensamento abstrato. Como esclarece Cagliari (1997):

[...] O processo de alfabetização inclui muitos fatores, e quanto mais ciente estiver o professor de como se dá o processo de aquisição de conhecimento, de como a criança se situa em termos de desenvolvimento emocional, de como vem evoluindo seu processo de interação social da natureza da realidade linguística envolvida no momento em que está acontecendo a alfabetização, mais condições terá esse professor de encaminhar de forma agradável e produtiva o processo de aprendizagem, sem os sofrimentos habituais. (CAGLIARI, 1997, p. 9).

Pode-se inferir, assim, que a questão do analfabetismo abrange todos esses fatores e estende-se tanto quanto acusações a respeito do problema como a campanhas de projetos objetivando a diminuição de analfabetos.

Muitas vezes, a ênfase que se dá ao analfabetismo, e não à alfabetização como processo, podem descrever a distribuição e a evolução do analfabetismo, seu

relacionamento com a não escolarização ou, ainda, com a assistência escolar deficiente, mas não confere reflexões mais profundas sobre o problema.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica que se destina a atender pessoas que não cursaram, em sua infância ou adolescência, o Ensino Fundamental ou Médio, no período atribuído a essa prática, seja pela falta de vagas, pela falta de adequação do sistema educacional ou pelas circunstâncias socioeconômicas desvantajosas.

Na grande maioria, as propostas nessa área não têm levado em consideração a especificidade dessa clientela quanto à faixa etária, experiências profissionais e cotidianas, além das formas de aprendizagem.

A EJA não é supletiva. A função suplência desapareceu, desde que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, compatibilizada com a Constituição Nacional, reconheceu que “todo cidadão brasileiro, sem exceção de faixa etária, sexo, religião, etnia ou cor, tem direito a oito anos de ensino, se assim o quiser”. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, essa modalidade de educação merece tratamento diferenciado e necessita de uma metodologia específica.

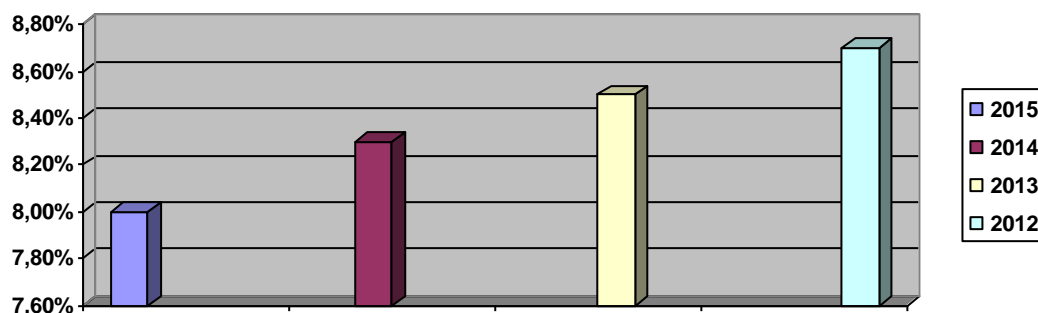
Nos cursos supletivos (com carga horária reduzida), é ainda mais difícil superar tais dificuldades, de modo a favorecer a inserção do aluno na cultura científica.

A motivação no ensino de adultos torna-se imprescindível e fundamental para seu êxito, uma vez que o adulto não é obrigado a estudar.

De acordo com dados divulgados pelo Governo Federal, o Brasil apresentou queda na taxa de analfabetismo, o que foi verificado, recentemente, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016. Segundo a pesquisa, 8% dos brasileiros, com 15 anos ou mais, não sabiam ler ou escrever em 2015, porcentagem um pouco menor que no ano anterior, que era de 8,3%, conforme o GRAF. 1 (BRASIL, 2016).



Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais (2012/2015)

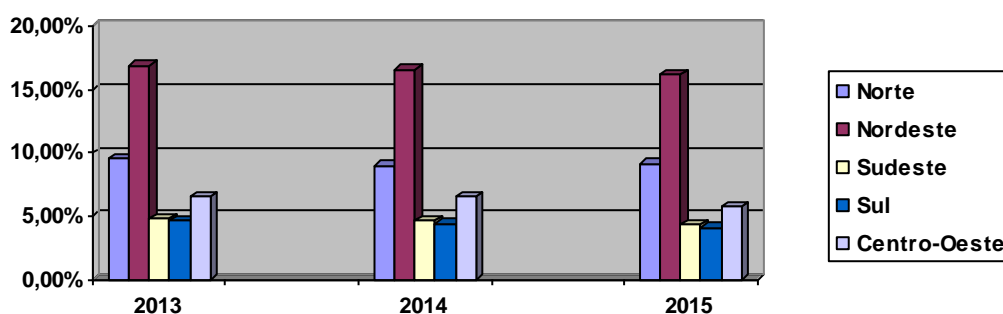


Fonte: BRASIL (2016).

Tais dados não podem ser considerados promissores, mas apenas demonstram que ainda há muito a se fazer para erradicar o analfabetismo. Mesmo se constatando que a taxa apresentou gradativa diminuição nos últimos anos – 8,3% em 2014; 8,5% em 2013; e 8,7% em 2012 –, ainda existem muitos analfabetos no país (BRASIL, 2016).

De acordo com o GRAF. 2, foi também constatado que a Região Nordeste é a que apresenta maior número de analfabetos, com uma taxa de 16,2%. Entre os jovens de 15 a 19 anos, há uma taxa de 0,8% de analfabetos.

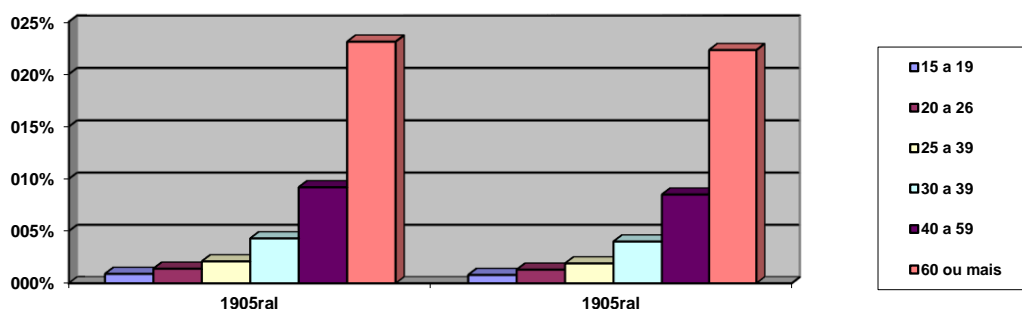
Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 2013/2015



Fonte: BRASIL (2016).

Entre as pessoas com 60 anos ou mais, a quantidade aumenta para 22,3%, conforme apresentado no GRAF. 3 (BRASIL, 2016).

Gráfico 3 –Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade - Brasil - 2014-2015



Fonte: BRASIL (2016).

Alguns programas criados pelo Governo Federal buscam alcançar esses jovens e adultos analfabetos, como o Brasil Alfabetizado, que, entre 2008 e 2012, conseguiu atingir 6,7 milhões de pessoas (FRAGO, 1993).

Cabe, portanto, uma importante reflexão sobre os dados oficiais divulgados pelos órgãos do Governo. Pela maneira como a pesquisa é conduzida, o número de analfabetos no Brasil pode ser superior aos identificados. A pergunta feita pelos agentes do Pnad é autodeclaratória, ou seja, pelo preconceito que a condição de analfabetismo carrega, as pessoas podem ter apenas um pequeno domínio de leitura, mas não se declaram analfabetas (BRASIL, 2016).

Para alcançar, efetivamente, um maior número de beneficiados, vale ressaltar que a alfabetização precisa se integrar a uma organização de ensino de jovens e adultos, para que estes continuem seu processo educacional.

Um notável triunfo na EJA foi sua inclusão no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sucedida com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. Tal iniciativa do Ministério da Educação possibilitou ampliação e abertura de novas turmas, alcançando parcelas importantes da população, como moradores do campo, quilombolas, indígenas, egressos do programa Brasil Alfabetizado e pessoas em privação da autonomia.

Essa modalidade de ensino fundamenta-se, principalmente, como ensino infundável, em razão da progressiva mundialização da produção e dos mercados, das rápidas modificações das tecnologias, dos sucessivos desajustes no mercado de trabalho e da esporádica diminuição na exigência por habilidades.

Refletindo sobre o regime de democracia sob o qual vive o Brasil, pode-se perceber que tal postura exige das pessoas controle de mecanismos da cultura letrada e que evidenciem princípios e condutas democráticas, das quais sejam a compreensão de direitos e deveres, o entusiasmo para a atuação, para a discussão de ideais e o reconhecimento de posturas contrárias às suas.

Assim, a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos pode assumir o compromisso contra o preconceito e a exclusão dos indivíduos.

A EJA caracteriza-se, em diversos casos, como uma maneira de retratação social, título conferido pelo fato dessa modalidade ter como objetivo integrar ao meio educativo as pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar uma escola na idade ideal, ou mesmo aquelas que foram esquecidas ao longo desse processo.

Entretanto, é preciso lembrar que a educação é uma prática política, carregada de valores e ideologias que vão ao encontro das propensões da alta sociedade governante, com o intuito de mantê-los ou promovê-los.

Dessa maneira, a relação de poder que existe entre a classe alta e as camadas populares faz da educação um meio de perpetuação da condição de dominante, produzindo recursos de contensão e de controle social.

Segundo Lima (1991), a escola é um competente organismo de reprodução social, pois:

[...] jamais falhou em seu papel de expulsar da escola as crianças provenientes das classes oprimidas, tão logo nela ingressam (evasão e repetência). Competente ainda porque ludibriou as questões políticas no invólucro teórico da discussão dos currículos e métodos, competente porque tem feito a manutenção do analfabetismo de maneira sistemática. Enfim, competente porque tem respondido historicamente aos interesses das classes dominantes. (LIMA, 1991, p.136).

Assim, pode-se perceber que é, de certa forma, contraditória a ideia de uma educação para todas as pessoas, a qual desenvolva habilidades e especificidades, prepare para a vida e para a inclusão no mercado de trabalho e, simultaneamente, tenha o intuito de alienação, omissão e opressão.

Desse modo, a dificuldade para o aprendizado, muitas vezes, está associada à falta de motivação do aluno, em virtude da falta de tempo dedicado ao estudo, da indiferença de professores quanto aos seus problemas pessoais e da falta de clareza e objetividade dos docentes em apresentar os conteúdos na sala de aula.

Diante disso, Fuck (1994) menciona:

Que a educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Como? Acreditando no educando na sua capacidade de aprender; descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as consequências de sua escolha. Mas isto não será possível se continuarmos bitolando os alfabetizando com desenhos pré-formulados para colorir com textos criados por outros para copiarem, com caminhos pontilhados para seguir, com histórias que alienam, com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende. (FUCK, 1994, p. 14-15).

Um grande acontecimento para a educação aconteceu na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em março de 1990, organizada pela UNESCO e que reuniu em torno de 1500 participantes. Nesta, elaborou-se um documento, composto também pelo Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, divulgado pela UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância –, em maio de 1991. Os principais motivos que levaram a realizar a conferência, explicitados no preâmbulo do documento, ressaltam que, mesmo após mais de quarenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que declara: “toda pessoa tem direito à educação”, tal realidade ainda não foi alcançada (JOMTIEM, 1991).

Conforme a Declaração Mundial de Educação para Todos:

Na perspectiva de uma educação continuada, a escola, deverá mover-se em sintonia com os quatro pilares da educação para o século XXI, de modo a permitir aos seus educandos, o desenvolvimento das habilidades de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, as quais possibilitarão o exercício de suas capacidades intelectuais e coletivas, ampliando as oportunidades educacionais e aperfeiçoando as suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as da sua sociedade. (In: VÓVIO et al., 2000, p. 73).

Percebe-se que a ideia de aprendizagem está fundamentada no princípio de aprender a aprender, no pilar aprender a conhecer, que relaciona o conhecimento geral ao nível do conhecimento concebido pelos alunos em suas experiências sociais durante vida.

Nesse âmbito, a escola assume o papel:

[...] ao selecionar criteriosamente, dentre todos os conhecimentos desenvolvidos, aqueles relevantes para a iniciação dos jovens no mundo social. Ao mesmo tempo, exerce seu papel transformador ao preparar criticamente os jovens, capacitando-os a analisar sua sociedade, avaliar as relações existentes, equacionar seus problemas e propor transformações. (MORETTO, 2000, p. 97).

A escola, como interventora entre o conhecimento e os educandos e entre estes e o universo social do adulto, à medida que concebe o conhecimento como historicamente formado pela humanidade em seus padrões sociais, deverá mover-se como uma conexão integradora de conhecimentos adquiridos pelos alunos no meio social em que vivem.

Assim, na educação de adultos (alfabetização), é preciso observar, atentamente, os fatores psicológicos que os acompanham, tais como: rotina, se têm hábitos adquiridos, se são conformados, observadores, experientes, independentes e inteligentes.

Os preconceitos sociais contra os adultos os deixam inibidos, por não conseguirem atuar na sociedade como um ser integral. Para eles, tudo é mais difícil. Porém, são pessoas normais, que apenas não tiveram condições de estudar no tempo adequado, por vários motivos determinados por sua própria condição social e econômica.

Assim, é preciso dar oportunidade para essas pessoas aprenderem, uma vez que o fato de não terem diplomas não significa não ter experiência, e que não podem fazer nada de novo.

### **3 PONTUANDO, HISTORICAMENTE, A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil se constitui em instrumento de reparação social, pois essa modalidade tem como fim incluir, no meio educativo, as pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar uma escola na idade ideal, ou mesmo aquelas que foram esquecidas ao longo desse processo.

A relação de poder que existe entre a classe alta e as camadas populares faz da educação um meio de perpetuação da condição de dominante, produzindo recursos de contensão e de controle social (VIEIRA, 2004).

Esse aspecto é evidenciado pela própria sociedade, já que pessoas letradas têm patamar social mais elevado. Oportunidades diferentes são ofertadas a ricos e pobres, letrados e não letrados. Valoriza-se uma cultura em detrimento de outra. Não se vê, usualmente, uma valorização da cultura oral, das histórias e casos contados pela tradição oral, próprios das camadas populares.

A história da educação básica para jovens e adultos no Brasil teve início na década de 30, século XX, como uma necessidade urgente para atender às transformações ocorridas na sociedade, principalmente no setor industrial (CROSS, 1981).

Primeiro, pela grande quantidade de indústrias que se instalavam no país e, segundo, pelo êxodo rural, uma vez que as pessoas saíam do campo, indo para as cidades buscar melhores condições de sobrevivência, um lugar no mercado de trabalho, na ilusão de que encontrariam, certamente, um emprego digno, com um salário condizente.

Ao buscar contextualizar o período, bem como estabelecer uma relação entre a Educação de Jovens e Adultos e o projeto político-econômico para o país, é preciso lembrar que, nesse período, o Brasil foi marcado por um golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas, chefe civil, que deu início à Revolução de 1930. Foi o fim da política do café-com-leite – que se caracterizava pelo revezamento de poder entre os estados de São Paulo, que detinha grande poder econômico, sendo o maior produtor de café do país, e Minas Gerais, detentor do maior polo eleitoral nacional e grande produtor de leite — e o início de uma nova era urbana, industrial e capitalista (CARVALHO; SENA, 2000).

Dessa forma, todos os segmentos da sociedade sofreram influência do novo sistema político, inclusive o educacional. O país tinha que crescer, por isso, novas

demandas foram colocadas, uma vez que a necessidade da mão de obra para a indústria exigia um novo perfil de trabalhadores. A força do trabalho exigia a habilitação do indivíduo para usar recursos de tal forma a atingir o fim proposto, ou seja, o de maior produtividade.

Diante desse contexto, o sistema de educação começou a se caracterizar como um sistema público de educação elementar, que tinha como objetivo formar a mão de obra necessária para a manutenção do mercado de trabalho.

Além disso, a década de 1930 foi marcada, também, por diversas manifestações culturais que ganhavam força com o surgimento da indústria de lazer, que já atingia todas as camadas sociais, com a difusão do rádio, do cinema e, principalmente, da música popular. Estava aberta a Era da Cultura de Massas (VIEIRA, 2004).

O surgimento da cultura de massas foi importante, especialmente, para pessoas que não tiveram oportunidade de se alfabetizar. O rádio e a televisão se constituíam em, praticamente, única fonte de entretenimento e informação.

Conforme Ribeiro (1997), em 1934, com o advento da nova Constituição Nacional, a educação foi reconhecida, pela primeira vez, como um direito de todos, cabendo a responsabilidade à família e ao poder público, conforme diz o artigo 149.

No artigo 150 dessa constituição, fica nítida a referência ao Plano Nacional de Educação, a obrigatoriedade do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, abrangendo os adultos:

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art 150 - Compete à União:

a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País. (BRASIL, 1934).

Assim, a Constituição de 1934 colocou o ensino primário abrangendo os adultos como elemento da educação e como dever do Estado e direito do cidadão, o que demonstra, claramente, a força dos movimentos sociais da época, em favor da escola como espaço democrático (LIMA, 1991).

Na década de 40, com o emergente crescimento do capitalismo e da industrialização, era de interesse de todos aqueles que detinham o poder econômico

no país que a educação elementar fosse oferecida nacionalmente, abrangendo também aquelas pessoas que estavam excluídas do sistema educacional. Foi então que a educação de adultos tomou a forma de Campanha Nacional de Massa (CARVALHO; SENA, 2000).

Anos depois, com o término da ditadura de Vargas, em 1945, no auge da luta pela redemocratização do país e término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu e lutou pela efetivação de uma educação de qualidade, que desenvolvesse e capacitasse o cidadão para atuar na sociedade, pautada nos valores da paz e da democracia.

O Governo brasileiro não relutou em aceitar as colocações feitas pela ONU, pois essa oferta de educação tinha como interesse formar uma população que dominasse o código linguístico para assumir a condição de eleitores. Dessa forma, intencionava capacitar a mão de obra para atender às necessidades das indústrias (LIMA, 1991).

No ano de 1947, foi desenvolvida uma campanha nacional de educação de massa, conhecida como Campanha de Educação de Adultos, que pretendia alfabetizá-los, levá-los a concluir o curso primário e, por fim, oferecer-lhes uma capacitação profissional e instruções para a vida em comunidade.

De acordo com Ribeiro (1997):

Nos primeiros anos, sob a direção do professor Lourenço Filho, a campanha conseguiu resultados significativos, articulando e ampliando os serviços já existentes e estendendo-os às diversas regiões do país. Num curto período de tempo, foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. (RIBEIRO, 1997, p. 160).

Segundo Lewin (1986), com o progresso da campanha, as concepções sobre a população de analfabetos foram, socialmente, aos poucos, se modificando e os estigmas foram descaracterizados, as pessoas começaram a ser vistas como capazes de raciocinar, resolver problemas e serem produtivas. Frente a esse abalo social e sobreposição de valores, o Ministério da Educação viu a necessidade urgente de adotar um método de alfabetização que atendesse às necessidades desses adultos.

Nos anos de 1960, a pedagogia defendida e empregada por Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos ganha notoriedade, inspirando os principais programas de alfabetização do país. O Movimento de Educação de Base (MEB), por



exemplo, foi um dos programas desenvolvidos por intelectuais e pesquisadores, com a contribuição de grupos populares e das novas diretrizes, tendo como pretensão a promoção integral de jovens e adultos, de maneira humana e cristã (LEWIN, 1986).

As principais diretrizes propostas na Lei nº. 4024/1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Tanto o setor público como o setor privado têm o direito de ministrar o ensino em todos os níveis; estado pode subvencionar a iniciativa particular no oferecimento de serviços educacionais; estrutura do ensino manteve a mesma organização anterior, ou seja: ensino pré-primário, composto de escolas maternais e jardins de infância; ensino primário de quatro anos, com possibilidade de acréscimo de mais dois anos para programa de artes aplicado; Ensino médio, subdividido em dois ciclos: o ginásial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Ambos compreendiam o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores). Ensino superior; flexibilidade de organização curricular, o que não pressupõe um currículo fixo. (LIMA, 1991, p.68).

Segundo Lewin (1986), grupos não governamentais como esse movimento (Movimento de Educação de Base – MEB) exerciam pressão sobre o governo para que novas iniciativas fossem criadas e coordenadas, no sentido de realizar melhorias pedagógicas e orçamentais a favor da educação de adultos.

No ano posterior, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases, nº. 4.024/61, sendo a educação reconhecida como direito de todos. No artigo 27, título VI, capítulo II, ao abordar sobre o ensino primário, descreve:

O ensino primário é obrigatório a partir dos 7 anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento. (BRASIL, 1961).

Posteriormente, devido às lutas e enfrentamentos realizados pelos movimentos sociais, no início do ano de 1964, o Governo Federal homologou o Plano Nacional de Alfabetização, em caráter nacional, orientado pelas propostas de Paulo Freire e subsidiado por estudantes, sindicalistas e diversos grupos sociais.

Não demorou muito e esse plano foi vetado pelo Golpe Militar de 1964, quando o até então presidente João Belchior Marques Goulart, popularmente conhecido como Jango, teve o seu governo democrático interrompido e o Brasil foi submetido a uma ditadura militar.

Através desse veto, foram muito criticados os conteúdos que compunham os materiais didáticos usados pelo programa, pois tratavam, diretamente, da realidade em que viviam os adultos, oferecendo subsídios necessários para uma formação crítico-reflexiva e de libertação, perante a situação de oprimidos em que se encontravam. Considerados subversivos e ameaçadores da ordem social, seus promotores, educadores e até mesmo simpatizantes foram arduamente reprimidos. A partir de então, os programas que continuaram a oferecer esse tipo de educação tinham um caráter conservador e assistencialista.

Dessa forma, as críticas se encaminhavam tanto ao plano administrativo e financeiro quanto à orientação pedagógica, resistindo apenas às redes de escolas supletivas que eram de responsabilidade dos estados e municípios.

No dia 15 de dezembro de 1967, a implementação da Lei nº. 5.379/67 possibilitou que o Governo assumisse o controle das atividades praticadas em tais instituições e foi implantando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Em 1970, o Mobral iniciou suas atividades na modalidade de ensino não formal, objetivando a formação de alfabetizados funcionais, ou seja, aquelas pessoas que aprendem a ler e escrever com finalidade específica de desenvolver tarefas cotidianas (LEITE, 2013).

Pode-se afirmar que a constatação de que ser alfabetizado vai além da simples decodificação de um código representa um avanço para a Pedagogia, pois, durante muito tempo, a escola produziu analfabetos funcionais, ou seja, os alunos saíam sabendo decifrar o código, mas incapazes de interpretar um texto ou seguir uma instrução escrita. A alfabetização possui uma dimensão maior, mudando a vida das pessoas, transformando-a para melhor.

O Mobral tinha por finalidade, ainda, o desenvolvimento de uma consciência linguística e do uso de cálculos, para que esses jovens e adultos fossem reintegrados à sociedade, alcançando melhores condições de vida. Ele ainda deveria combater ou erradicar o analfabetismo adulto do país (FRAGO, 1993).

Apesar dessa finalidade parecer progressista, o que se verificou, na prática, foi bem diferente. Entendendo que o Mobral foi criado e mantido pela Ditadura Militar, torna-se bem claro que não abrangia nenhuma dimensão crítica referente ao momento político e social do país. Ao contrário, o Mobral promoveu ações para o controle social e político das populações periféricas, substituindo os movimentos de educação popular.

Sobre o Mobral, Lewin (1986) afirma:

Parte integrante da ideologia vigente concebe-se dentro dos pressupostos da teoria do capital humano que, na promessa de erradicar o analfabetismo em 10 anos, reveste o seu discurso da conotação otimista da década de 70, do milagre econômico brasileiro - o otimismo do capital, principalmente das corporações multinacionais. Ao lado desse otimismo criado pela tecnocracia brasileira de que, muito em breve, o país alcançaria o status de grande potência mundial, o sistema político autoritário se cristalizava por meio da repressão do Estado sobre a sociedade civil, cujas organizações de bases ou foram suprimidas ou estavam sob intervenção. (LEWIN, 1986, p. 279).

Esse Estado, totalmente autoritário e antidemocrático, rompeu com todas as entidades da sociedade civil e se autodenominou capaz de planejar a expansão do crescimento econômico. Dessa forma, as políticas sociais foram programadas para remover os obstáculos que pudessem prejudicar o desenvolvimento econômico ou emperrar o seu avanço.

De acordo com Bello (1993):

Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do Mobral era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem (BELLO, 1993, p. 140).

Entre os anos de 1960 e 1970, o privilégio referente à saúde, habitação e educação era para a elite dominante; em segundo plano, encontravam-se as classes médias urbanas e, depois, as populações de baixa renda.

Contudo, era preciso informar a população e diminuir os altos índices de analfabetismo no país, porém, formar cidadãos críticos, reflexivos e participativos não era a intenção do governo vigente.

Como fruto desse programa de alfabetização, destacou-se o Programa de Educação Integrada (PEI), que oferecia uma formação similar ao antigo curso primário, sendo uma oportunidade oferecida aos recém-alfabetizados de continuarem seus estudos. Nesse período, grupos de oposição à ditadura, comunidades religiosas e pessoas de movimentos sindicais se organizavam para oferecer programas de alfabetização e educação, segundo os apontamentos de Paulo Freire, que, exilado, continuava desenvolvendo seus projetos para o ensino de adultos no Chile e, posteriormente, em países da África (CARVALHO; SENA, 2000).

Tais programas intensificaram-se com a reabertura política que ocorreu na década de 1980, integralizaram-se e formaram uma “teia” para troca de

experiências, reflexões, novas articulações, oferta de cursos pós-alfabetização. A década de 1980 iniciou-se no Brasil com uma grave crise econômica e social que repercutia em toda a América Latina. Havia uma grande recessão no sistema produtivo, elevados índices de desemprego, altas taxas de inflação e grande endividamento externo.

Com isso, as perdas do poder aquisitivo da sociedade eram notáveis, o que leva a crer que o crescimento conseguido pela sociedade industrial teve um custo social exacerbado. A população empobreceu, consideravelmente, em virtude da grande concentração de rendas nas mãos de poucos. Nesse período, o Mobral não conseguiu baixar os níveis do analfabetismo adulto e as crianças de 7 a 14 anos avolumavam-se fora das escolas, por não serem absorvidas pelo sistema regular de ensino.

Para Lewin (1986):

[...] ao avanço da ciência e da tecnologia contrapõe-se às precárias condições de higiene e salubridade em centros urbanos de alta densidade demográfica; a uso intensivo e extensivo de tecnologia agrícola, correspondeu ao alento dos “bóias-frias” e dos “sem terras”. Assim, paralelamente a crise econômica existe uma outra crise, a da legitimidade política do governo em não ter cumprido/ alcançado o padrão da sociedade afluyente, como previam as estimativas do Estado autoritário. (LEWIN, 1986, p. 282).

O Mobral foi desativado no ano de 1985, quando foi criada a Fundação Educar. Tal fundação era subordinada ao Ministério da Educação e tinha como função firmar convênios com os governos estaduais, municipais, entidades da sociedade civil e grandes empresas. Exercia, ainda, a supervisão e o acompanhamento nas instituições e secretarias que implementavam os programas de alfabetização (LEITE, 2013).

Em 1988, com a Constituição Federal, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ser um direito de todos aqueles que ainda não tinham completado seus estudos em idade hábil, passando a fazer parte da educação fundamental (BELLO, 1993).

Mesmo com o amparo legal e após a descentralização das responsabilidades para com a Educação de Jovens e Adultos, que foram passadas para os estados e municípios, no ano de 1990, a Fundação Educar chega ao fim, não havendo outra oferta de educação que assumisse seu lugar. Mesmo a oferta não sendo condizente

com as demandas, alguns estados, municípios e organizações da sociedade civil passaram a assumir a responsabilidade de oferecer programas na área, embora sejam necessárias e urgentes grandes reformulações pedagógicas que também vêm se mostrando necessárias em todo o Ensino Fundamental.

Ainda no ano de 1990, foi consolidado o Movimento de Alfabetização (MOVA), procurando envolver o Poder Público e as iniciativas privadas da sociedade civil, difundindo-se como um movimento de administração popular, promovendo uma formação de cunho educacional e político.

Alguns organismos incisivos nas decisões das políticas públicas nacionais, como o Banco Mundial, por exemplo, caracterizam a EJA como uma formação educacional secundária, pois defendem a necessidade de investimentos maciços na educação de crianças e jovens, com o pretexto de que o problema de analfabetismo será sanado com a universalização do ensino de qualidade e na idade certa (LEITE, 2013).

Em dezembro de 1996, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/96, que defende a oferta da Educação de Jovens e Adultos, inscrevendo:

#### Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 10 Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

Percebe-se que a função reparadora observada na EJA se concretiza por meio da consolidação dos direitos civis, mas também pelo reparo de um direito negado, pois muitas pessoas que compõem essa classe de ensino não receberam uma educação de qualidade, não tiveram o reconhecimento da igualdade cabível a

todo e qualquer ser humano, resultando na perda desse direito, por isso, não se deve associar a função reparadora com a de suprimento (LEITE, 2013).

Segundo dados da Declaração Mundial sobre Educação para Todos:

[...] mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias que poderiam melhorar a qualidade da vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos a oportunidade de alcançar um padrão mínimo de qualidade de aprendizagem. (JOMTIEN, 1990).

Quando cita-se a necessidade da oferta de uma educação de qualidade para todos, os jovens e adultos também estão incluídos nesse “todos”. Não se pode permitir que um equívoco na interpretação da declaração leve a pensar nessa forma de educação como uma oferta apenas para as crianças, os indígenas, os pobres, os afrodescendentes, os estrangeiros, os homossexuais.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9394/96), essa educação escolar pública é dever do Estado e será efetivada mediante a garantia de:

[...] oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996).

A Constituição Federal, no artigo 214, é clara sobre a oferta de Educação de Jovens e Adultos:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:  
I — erradicação do analfabetismo,  
II — universalização do atendimento escolar. (BRASIL, 1988).

Fica evidenciado que a modalidade de Educação Jovens e Adultos está garantida na legislação brasileira, tornando-se um direito de todos. É válido lembrar, ainda, que a educação é um ato político, carregado de valores e ideologias que vão ao encontro dos interesses da elite governante, com a finalidade de promovê-los ou mantê-los. Partindo dessa premissa, o educador, filósofo e pedagogo brasileiro, Paulo Freire, desenvolveu um método que fundamenta, até os dias atuais, o

processo de alfabetização e educação de jovens e adultos. As contribuições desse educador para o processo educativo de jovens e adultos serão abordadas no próximo capítulo.

#### **4 PAULO FREIRE: UMA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

No Brasil, um nome de destaque na modalidade da Educação de Jovens e Adultos é o de Paulo Reglus Neves Freire, nascido em 19 de setembro de 1921, na cidade de Recife, Pernambuco. Destacou-se por estudar o impacto social da educação sobre as pessoas, às quais denominou de oprimidos. Sendo o próprio Paulo Freire de origem pobre, buscou metodologias que se direcionassem aos marginalizados pela sociedade, o que ficou mundialmente conhecido como “sistema Paulo Freire” (FRAGO, 1983).

Na América Latina, no continente Africano e em diversos países, Paulo Freire é considerado modelo e seu método foi inspiração para o trabalho de muitos professores, além de ser estudado, debatido e seguido por especialistas da educação, militantes políticos, teólogos e cientistas sociais. No início da década de 1960, Paulo Freire foi responsável pela coordenação dos projetos de alfabetização de jovens e adultos do país. Conseguiu a façanha de alfabetizar, no Rio Grande do Norte, trezentos trabalhadores, em apenas quarenta e cinco dias, com a utilização de seu método. Sempre recomendava que não era suficiente apenas ler e escrever, mas prosseguir nos estudos, buscando interação entre professor e aluno. Pautou seu método tendo como premissa fundamental a situação sociocultural dos alunos, a realidade com a qual convive no dia a dia, concluindo que, educar, não pode ser um ato passivo (RIBEIRO, 1997).

Definiu como “educação bancária” o ensino tradicional, em que o professor transmite o conhecimento e o aluno, passivamente, o recebe. Paulo Freire sempre defendeu o argumento de que o essencial é que a educação liberte, que as pessoas sejam sujeitos ativos e livres para pensar, que saibam dialogar, tenham um entendimento do mundo que as cercam, que saibam defender seus pontos de vista e respeitar os dos outros (FREIRE, 1987).

Em sua visão, o professor autoritário só consegue aplicar a educação bancária. A educação libertadora proposta por ele se baseia em uma relação de cumplicidade, de troca de experiências e de saberes, em que ambos aprendem. Tal educação promove as pessoas, fazendo com que reconheçam seu papel social, seu lugar e sua importância. Sendo possível e viável que a alfabetização aconteça com



recursos, materiais, histórias que fazem parte do ambiente, que sejam contextualizados à realidade, proporcionando o que ele denominou de “leitura do mundo”. “Não há como o professor desmembrar a leitura da palavra da leitura do mundo, pois a alfabetização se processa e acontece com a experiência de mudar o mundo e estar em contato com o mundo”.(FREIRE,1986, p. 60).

Em seus estudos, Paulo Freire destacou a importância da contextualização dos textos utilizados para a alfabetização, criticava as frases comuns às cartilhas da época, as quais não possuíam significação real para os alunos. Seu método parte da premissa de que alunos são indivíduos atuantes no processo educativo, se constituem em sujeitos históricos e possuem competências para criação e recriação de sua própria cultura. Por isso, a aplicação do método consiste em um debate, por meio de uma palavra geradora, objetivando conscientizar o aluno.

A pedagogia freiriana possui as características de buscar uma educação humanizadora, libertadora e revolucionária. Além da decodificação de palavras, o aluno, oprimido, aprende a enxergar o mundo da opressão e assume compromisso com a própria prática pedagógica; alfabetizado, empenhado na continuidade de seus estudos, possui condições de transformar a realidade opressiva. A pedagogia tradicional, chamada por ele de pedagogia do oprimido, passa a ser “a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação”. (FREIRE, 1979, p. 44).

Segundo sua filosofia, o professor que se dedica à tarefa de educar as camadas sociais populares, mais oprimidas, precisa ter prazer, alegria e entusiasmo; deve crer nas mudanças; transmitir aos alunos, além de conhecimentos acadêmicos, a esperança em dias melhores, em promissoras expectativas de vida, fazendo com que se tornem sujeitos pensantes e atuantes, cidadãos críticos e conscientes da realidade. O professor é exemplo para seus alunos, se não acredita no que faz, não é capaz de transmitir todas essas qualidades aos mesmos.

Durante a Ditadura Militar, Paulo Freire foi obrigado a interromper seu trabalho. Em março de 1964, foi preso, acusado de subversão, e exilado para o Chile, onde atuou durante cinco anos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (INCIRA). Nessa época, escreveu o livro “Pedagogia do Oprimido”, publicado em 1968. Foi professor na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, no ano de 1969; em 1970, foi convidado para ser consultor do Conselho Mundial das Igrejas (CMI), em Genebra, na Suíça. Prestou assessoria pedagógica e educacional a governos de vários países pobres, grande parte deles situados na África. Pôde voltar

ao Brasil do exílio somente em 1980, época em que escreveu mais dois livros de grande destaque: “Pedagogia da Esperança” (1992) e “À sombra desta Mangueira” (1995). Trabalhou como professor na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tornando-se secretário municipal de Educação da cidade de São Paulo, durante a gestão da prefeita petista Luiza Erundina. Recebeu vários prêmios, destacando-se o prêmio Educação para a Paz (das Nações Unidas, 1986) e Educador dos Continentes (da Organização dos Estados Americanos, 1992) (RIBEIRO, 1997).

A contribuição de Paulo Freire para a educação no Brasil foi inestimável, observando-se que seu trabalho, até os dias atuais, não é devidamente reconhecido e valorizado. É preciso maior divulgação de suas ideias e de seu método, buscando alcançar os resultados dessa educação libertadora, de forma a garantir um mundo melhor e mais humano, respeitando e valorizando cada pessoa.

O método Paulo Freire influencia o processo da alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos, busca subsídios nas experiências vivenciadas pelos alunos, pois parte do princípio de que a educação é um ato político, de conhecimento e criador.

Dessa forma, propõe que é preciso contextualizá-la e compreendê-la cientificamente, para que os jovens e adultos, por meio da interpretação do meio social em que vivem, possam intervir, de maneira expressiva, para a sua transformação.

Tal método de codificação e decodificação de palavras e temas geradores de caráter interdisciplinar divide-se nas três etapas pontuadas a seguir:

**1. Etapa de investigação:** professor e aluno buscam juntos palavras e temas significativos para a vida do aluno, os quais façam parte do seu universo vocabular e da comunidade em que vive. Inicia-se com um levantamento sobre o universo vocabular dos alunos, pela coleta das palavras geradoras. Por meio de conversas informais, o professor estuda com atenção os vocábulos mais usados pelos alunos e sua comunidade. A partir disso, seleciona as palavras que servirão de base para as lições - a quantidade de palavras geradoras deve ficar entre 18 e 23 palavras. Depois de escolhidas as palavras, elas devem ser apresentadas à classe em cartazes com figuras, para que em grupo inicie uma discussão para significá-las na realidade daquela turma.

**2. Etapa de tematização:** momento de análise dos significados sociais das palavras e dos temas, tornando possível, por meio dessa análise, a tomada de consciência do mundo. Caracteriza o estudo de cada palavra identificada por meio da silabação, ou seja, da divisão silábica da palavra assemelhando-se ao método tradicional, de maneira que cada sílaba se estenda à sua respectiva família silábica.

**3. Etapa de problematização:** momento em que o aluno é desafiado e inspirado pelo professor a superar a visão mágica e acrítica do mundo, assumindo uma visão conscientizada. É constituída pela formação de palavras novas, usando como base as famílias silábicas já conhecidas pelo grupo. Propõe uma discussão sobre os novos temas que surgiram com base nas palavras geradoras. Trata-se do momento em que o educando vai além do ato de codificar e decodificar palavras, ele é chamado a fazer uma conscientização sobre os problemas enfrentados diariamente, sobre o mundo e a realidade que o cerca. (CARVALHO; SENA, 2000, p. 89).

Freire propõe, no livro “Educação como prática da liberdade” (1986), a aplicação de seu método nas cinco fases:

1. A primeira fase diz respeito ao “levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará”, por meio de interações e de investigações sobre os conhecimentos mútuos do grupo, respeitando os dialetos que usarem. (FREIRE, 1986. p. 65).

2. “A segunda fase é constituída pela escolha das palavras, selecionadas do universo vocabular pesquisado”, de acordo com critérios como: riqueza fonética, dificuldades fonéticas — trabalhadas gradativamente, partindo do uso das mais simples para as mais complexas — e comprometimento pragmático, referente ao uso da palavra na realidade sócio-político-cultural do aluno, do grupo e/ou sua comunidade. (FREIRE, 1986. p. 65).

O uso de cartilhas fundamentou, durante muitos anos, os trabalhos de alfabetização e educação de jovens e adultos em todo o país. Contudo, muitas discussões foram levantadas sobre o assunto. Frente a essa situação, Paulo Freire já defendia a necessidade de uma alfabetização que partisse dos referenciais dos alunos, de dentro para fora, somente mediada pelo educador.

Segundo Freire (1979):

Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de se fazer instrumento também do educando e não só do educador e que identificasse, como claramente observou um jovem sociólogo brasileiro (Celso Beisiegel), o conteúdo da aprendizagem com o processo de aprendizagem. Por essa razão, não acreditamos nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o analfabeto mais à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma. (FREIRE, 1979, p. 72).

Freire defendia a ideia de que a educação é composta por processos de aprendizagens. Dessa maneira, uma forma de construção de conhecimentos

depende da interação do homem com o meio em que vive, sendo modificado por ele e, também, o modificando. Por isso, ao perceber a real necessidade de desenvolver, junto aos educandos, uma educação significativa, os programas mais atualizados procuraram adequar suas metodologias ao alunado que recebiam, contribuindo para que as cartilhas caíssem em desuso.

De acordo com Ribeiro (1997), em meados de 1970 ou até mesmo antes, o uso da cartilha e de metodologias inadequadas na Educação de Jovens e Adultos era uma preocupação para os educadores da época. Essa temática ainda preocupa muitos docentes, pois, ao chegar às escolas, encontram um material didático pronto, acabado, com pouquíssima ou inexistente relação com o contexto em que vive seu alunado, e, dessa forma, muitas vezes, não conseguem estabelecer relações entre os assuntos tratados na aula e a utilização que farão de tais saberes no dia a dia.

Apesar de as políticas educacionais vigentes na época postularem o contrário, tais metodologias e estratégias didáticas não estavam contribuindo para a formação de alunos críticos-reflexivos, uma vez que não havia uma relação entre os exercícios propostos nas cartilhas e o meio social, cultural e econômico desses alunos.

A importância dada à alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos é cada vez maior, tanto que vem contribuindo, significativamente, para a remodelação do material didático utilizado e para um prolongamento do tempo de conclusão dessa modalidade de educação. Dessa forma, os alunos são oportunizados com uma escolaridade maior que transcorre as fases de alfabetizandos e pós-alfabetizandos, a fim de que possam ter um contato maior com o mundo de leitura e escrita e fazer uso, com propriedade, desses conhecimentos construídos.

Para Paulo Freire (1986), simboliza a busca de novas práticas educativas aos educadores inquietos e alicerça grandes reflexões:

[...] a alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global. (FREIRE, 1986, p. 59).

Se, como já visto, a educação é um ato político, tais fins contribuem para com a formação do cidadão conhecedor de seus direitos e deveres.

Ao retomar as transformações históricas e metodológicas pelas quais passou a Educação de Jovens e Adultos, pode-se dizer que buscar sempre novos procedimentos, novas estratégias para atender às necessidades dos educandos é fundamental, não somente para o aluno da EJA, mas para todos, em qualquer modalidade educativa.

Para a EJA, a incorporação da cultura e da realidade vivida pelos seus educandos, como arranque nas práticas educativas, é especialmente fundamental para que eles (re)organizem a sua forma de atuar em sociedade e, também, para que desenvolvam uma percepção crítica, problematizadora e criativa (FREIRE, 1986).

Pensando mais especificamente sobre o processo de alfabetização de jovens e adultos, “Emilia Ferreiro realizou um estudo junto a adultos analfabetos, mostrando que também eles tinham uma série de informações sobre a escrita e elaboravam hipóteses semelhantes às das crianças”. (RIBEIRO, 1997, p. 90).

Trata-se, em princípio, de uma afirmação que causa certa estranheza, pois, se os adultos já tiveram maior quantidade de experiências na vida que a criança, como podem passar pelas mesmas experiências educativas quando estão adquirindo seu sistema linguístico?

Placo (2007), ao ser questionada sobre as hipóteses silábicas do adulto em processo de alfabetização, afirma que:

O adulto vivencia as mesmas possibilidades de hipótese que as crianças na hora da apropriação do sistema linguístico, pois as experiências realizadas sobre a construção da língua e da linguagem são únicas, independentemente da idade e da situação que aconteça. Ambas estão vivenciando pela primeira vez. (PLACO, 2007, p. 89).

Assim, fica evidente que os procedimentos didáticos usados para a alfabetização e educação de jovens e adultos no país já evoluíram muito, tanto no que diz respeito às metodologias utilizadas quanto nas estratégias e objetivos dessa modalidade de educação. Apesar disso, acredita-se que algumas reflexões acerca desse assunto ainda precisam continuar sendo feitas, como: o que, de fato, a educação escolar pode trazer de novo para esses jovens e adultos?

Quando se pensa sobre os procedimentos didáticos para a Educação de Jovens e Adultos, fica clara a necessidade de recuperar a autoestima, a autoconfiança do educando em suas potencialidades, para que ele se reconheça

como um ser que pensa, produz idéias, com capacidade de obter sucesso em seu processo de aprendizagem, nas dimensões cognitiva, afetiva e social.

É necessário que esse indivíduo, que se encontra à margem da sociedade, tenha consciência sobre o direito de receber essa educação em um tempo diferente. Um tempo que lhe assegure a oportunidade de reencontrar, com qualidade, sua aprendizagem em direção ao pleno exercício da cidadania.

Paulo Freire representa um marco para a educação, não somente na modalidade de jovens e adultos, mas para todos os envolvidos. Suas contribuições fazem refletir sobre uma concepção de educação que considera a vida de modo integral. Fornecer condições para que todo cidadão, além da possibilidade da apropriação do saber operacional, possa interrogar-se diante do sentido de sua vida, de sua realidade e de suas próprias condições, significa responder, coerentemente, a uma das necessidades mais profundas do ser humano. Nesse sentido, tal direito não pode ser relegado à opção do indivíduo, no âmbito privado. Ao contrário, tem uma abrangência universal, incide em uma opção de mundo a ser constituído coletiva e comunitariamente.

A pedagogia freiriana ensina que a construção do conhecimento é a abordagem pedagógica mais adequada para as aulas; o diálogo favorece o trabalho do professor para planejar suas aulas, abordando temas que propiciem aos alunos a oportunidade de refletir, questionar, dialogar e relacionar-se consigo mesmos e com os outros.

Enfim, é preciso sempre estudar e refletir sobre o pensamento de Paulo Freire, entendendo que a escola deve ser o lugar privilegiado para a vivência de valores, e jamais deve se afastar dos preceitos do respeito e da valorização das potencialidades de todos aqueles que a ela adentram. Deve ser o lugar da promoção da unidade na diversidade, do diálogo entre pessoas diferentes, o que é fundamental para garantir o desenvolvimento pleno do exercício da democracia, que deve culminar na tolerância.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho possibilitou uma análise mais detalhada do processo educacional que envolve a Educação de Jovens e Adultos. Pode-se concluir que essa modalidade de ensino representa uma oportunidade de inclusão social, já que faz com que as pessoas analfabetas adentrem no mundo letrado, sejam incluídas em eventos, oportunidades que lhes eram vedadas pela condição de não saberem ler e escrever. Observa-se que ainda existe muito preconceito em relação a essas pessoas, mesmo a variedade linguística informal e fora dos padrões da norma culta não é bem aceita por grande parte da sociedade.

Constatou-se as contribuições de Paulo Freire, como educador e idealizador de novas perspectivas pedagógicas, com uma visão social e política que busca diminuir as desigualdades advindas do analfabetismo no Brasil. Segundo os autores pesquisados, a mudança no enfoque da alfabetização nessa modalidade possibilitou grandes avanços, sendo que a pedagogia libertadora de Freire possibilita maior respeito para com a cultura que o aluno traz do meio social em que vive, suas experiências, saberes e contribuições precisam ser estimuladas e valorizadas. O professor deve partir daquilo que faz sentido para o aluno, que faz parte do seu cotidiano e, por isso, tem para ele uma significação real. Assim, a educação é uma troca em que todos saem transformados desse processo.

Infelizmente, o que se observa, na prática, é que essa modalidade de educação atinge um pequeno número de pessoas, não atingindo seu objetivo, que é erradicar o analfabetismo no Brasil. Ainda existem muitas pessoas analfabetas e, muitas delas, já frequentaram aulas da Educação de Jovens e Adultos, sem obterem sucesso em sua alfabetização e letramento.

Portanto, é preciso que o professor que se disponha a trabalhar nessa modalidade de ensino desenvolva um perfil dinâmico, proativo, pois precisa estar disposto a ouvir o que seus alunos têm a dizer. A aprendizagem é um processo colaborativo e, na sala de aula, uns aprendem com os outros, em uma troca de saberes. Conforme as contribuições de Paulo Freire, professores e alunos aprendem uns com os outros.

É lastimável constatar que, na atualidade, algumas pessoas desenvolvam uma campanha contra tudo o que Paulo Freire deixou, rotulando-o, mais uma vez,

como subversivo e censurando suas pesquisas e contribuições. Novamente, se constata que o ato de educar é, certamente, um ato político, e o que essas pessoas querem são alunos alienados, que não saibam criticar a realidade, que não sejam participativos e nem tenham consciência de seus direitos.

Há muito o que se fazer por pessoas que não frequentaram a escola em idade adequada e estão à espera de políticas públicas que lhes garantam uma alfabetização efetiva e de qualidade, proporcionando-lhes melhores oportunidades na vida pessoal e profissional. Mas, para que esse sonho de desenvolver um projeto eficiente contra o analfabetismo aconteça, é preciso mudanças no sistema educacional, que os governantes enxerguem os jovens e adultos de maneira a perceber que eles são capazes de aprender.

É preciso desenvolver, também, políticas públicas capazes de suprir as necessidades educacionais dos educandos, de valorização e incentivo à formação continuada dos profissionais da educação, para que estes sejam preparados e empenhados na alfabetização desses jovens e adultos. Também é preciso maior debate junto à sociedade, incentivo para que essa modalidade possa atingir a todos que dela necessitem, e nada melhor que ouvir essas pessoas para entender suas reais necessidades e anseios, para, depois, partir para ações que serão mais efetivas e condizentes com a realidade. Todo educando precisa se sentir acolhido no ambiente escolar, só assim se sentirá parte integrante desse processo.



## REFERÊNCIAS

BELLO, J. L. de R. **Movimento Brasileiro de Alfabetização** – Mobral. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar Pedagogia em Foco, Vitória, 1993. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebloa.htm>>. Acesso em: 14 maio 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2016**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=149](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149)>. Acesso em: 16 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 02 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 03 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/.../lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 20 junho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**, Lei no. 10.172, de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>>. Acesso em: 03 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. **Programa educação para a qualidade do trabalho: alfabetização de jovens e adultos - diagnosticando necessidades de aprendizagem**. Brasília: MEC, 1996.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

CARVALHO. Olgamir Francisco; SENA, Valéria Kneipp. **Fundamentos de Educação de Jovens e Adultos: módulo integrado I**. Brasília: SESI – DN, 2000.

CROSS, K. P. **Adultos como aprendizes**. San Francisco: Jossey-Bass, 1981.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. 4. ed. São Paulo: Artes Médicas, 1991.

FRAGO, Antônio Vinão. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Poá: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Conscientização teoria e prática de libertação**. São Paulo. Cortez e Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 35.Ed. São Paulo: Paz e terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Sombra desta mangueira**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de adultos: relato de uma experiência construtivista**. 2.ed Petrópolis: Vozes, 1994.

GALVÃO, A. M.; DI PIERRO, M. C. **Preconceito contra o analfabeto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JOMTIEN. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração Mundial sobre Educação para todos e Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jontien, 1990. Disponível em:

<[http://www.senado.br/web/senador/josejorge/conteudophomepage\\_2004/EcT%2003%20unesco.doc](http://www.senado.br/web/senador/josejorge/conteudophomepage_2004/EcT%2003%20unesco.doc)>. Acesso em: 25 maio 2017.

LEITE, S. A. da S. (Org.). **Afetividade e Letramento na Educação de Jovens e Adultos - EJA**. São Paulo: Cortez, 2013.

LEWIN, H. **Reflexões sobre a Educação de adultos como uma prática social do Estado**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 65, n. 149, 1986.

LIMA, A. O. **Alfabetização de jovens e adultos e a reconstrução da escola**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MORETTO, Vasco Pedro. **Construtivismo: a produção do conhecimento em aula**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PLACO, Vera. M. N. S. (Orgs.). **O Coordenador Pedagógico e o Espaço de Mudança**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

RIBEIRO, V. M. M. **Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento de ensino fundamental**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/partel.piJf>>. Acesso em: 16 maio 2017.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil**. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

VÓVIO, Cláudia Lemos; MOURA, Mayra Patrícia; RIBEIRO, Vera Masagão.  
**Fundamentos de Educação de Jovens e Adultos**: módulo integrado I. Brasília:  
SESI – DN, 2000.